

Moreira Alves, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil* (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1964. 362 pp.

Rosa Maria Godoy Silveira  
Universidade Federal da Paraíba

Uma quase premissa dos cursos de formação do historiador é a de que a elaboração da História mais recente é difícil — os positivistas vão ao extremo de dizer que é impossível — em virtude da proximidade do estudioso com os fatos e, em decorrência, a sua falta de isenção para analisá-los criticamente.

Pois bem: o livro de Maria Helena Moreira Alves derruba este postulado teórico metodológico de certos manuais de Introdução aos Estudos Históricos. Não só a autora produziu seu trabalho com intuítos acadêmicos, como tese de doutoramento junto ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos Estados Unidos, mas também com claros intuítos políticos. E nos parece que a sua ampla militância política em comunidades de base, sindicatos e grupos de direitos humanos, longe de deformar a obra pela parcialidade, permitiu-lhe, ao contrário, a necessária familiaridade com o objeto de estudo e com os instrumentos essenciais à consecução da pesquisa.

A historiografia referente ao período pós- 64 da História do Brasil que, por razões óbvias, é bastante pobre, incorpora um livro de referência basilar. Diríamos mesmo: um livro de cabeceira. Pois que, à diferença de outras pesquisas de nossa história recente, sólidas, porém mais circunscritas temáticas e cronologicamente, a autora ousa abordar uma problemática que, por sua própria dimensão, exigiu-lhe entender o período em toda a sua globalidade, tanto a temporal quanto a dos diversos níveis da realidade.

A tese central são as relações entre o que a autora denomina Estado de Segurança Nacional, estabelecido em substituição ao Estado Populista, e a oposição, caracterizada de forma bastante abrangente, sinônimo de sociedade civil. É visto ainda o processo de implantação e consolidação da

Doutrina de Segurança Nacional entendida como uma *Weltanschauung* ou “cosmovisão”, utilizada com tríplice função pela coalizão civil-militar que se apropriou do Estado brasileiro através do golpe de 64. Ideologia que informa e molda as estruturas de Estado, que elabora e impõe formas de controle da sociedade civil e cria um projeto de governo economicamente capitalista associado e dependente e politicamente autoritário, a Doutrina de Segurança Nacional não era produto já acabado em 64 e determinado apenas a partir dos componentes internos ao bloco no poder:

“... a natureza do Estado de Segurança Nacional só pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados na sociedade civil. Tanto as estruturas do Estado quanto as formas de oposição vão-se permanentemente transformando à mercê das tentativas de cada parte de controlar, conter ou modificar a outra. O relacionamento mútuo é portanto essencialmente dialético. O conceito de dialética será empregado para designar este conflito dinâmico pelo qual cada parte da totalidade vê-se transformada e reconstituída pela outra. O objetivo deste estudo é, portanto, revelar como as estruturas de Estado foram sendo progressivamente erigidas e desenvolveram-se em grande parte por reação às constantes e cambiantes pressões da oposição organizada. Embora os teóricos e planejadores do Estado de Segurança Nacional se houvessem dotado de um programa geral de formação e desenvolvimento do Estado, as estruturas e formas de controle reais adquiriram dinâmica própria.”  
(p. 27/28)

O tema é problematizado ampla e exaustivamente pela autora, através de questões relevantes ao nível teórico e prático: a relação entre o modelo econômico e o sistema de controle social; o grau de concretização do projeto original do bloco no poder; a reação do Estado de Segurança Nacional à oposição organizada; o processo de constituição e atuação dos grupos oposicionistas; os conceitos fundamentais da Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento e o grau de sua influência nas políticas do Estado, etc.

Na demonstração da tese, a periodização formulada repassa, de forma cristalina, a visão dialética de História a que a autora se propôs. A temporalidade, estruturada a partir da relação entre repressão e liberalização do regime, não é linear, mas contraditória, sístole e diástole políticas ora se alternando em conjunturas diferentes, ora se conjugando na mesma conjuntura. Cada um dos ciclos de repressão ou de liberalização identificados na pesquisa tem seus determinantes e características específicos e diferenciados, mas unifica-os um sentido geral ao longo de todo o período de vinte anos: a *institucionalização do Estado de Segurança Nacional*, promovida em três fases distintas:

— 1.<sup>a</sup> fase: 1964-1968 — implantação do projeto de governo e das bases de uma estrutura de Estado;

— 2.<sup>a</sup> fase: 1968-1974 — busca da estabilidade política através da intensificação do aparato repressivo e de um modelo capitalista de desenvolvimento econômico;

— 3.<sup>a</sup> fase: 1974-1984 — período de “distensão” controlada da sociedade como forma de preservar o Estado de Segurança Nacional.

Se já não bastasse a importância da obra pelo tema escolhido e pelo tratamento que se lhe deu, um vigoroso embasamento documental torna o seu mérito ainda maior. Conseguiu, a autora, reunir e sistematizar dados extraídos de um número considerável de fontes as mais variadas, e até então dispersos em periódicos de circulação nacional e em instituições de análise econômica do governo e da sociedade civil. Através de jornais e revistas, reconstituíram-se “pari passu” as diversas conjunturas do período, mormente os movimentos da sociedade civil. Os contornos do modelo econômico e a vida político-social foram profusamente traçados e evidenciados em cerca de cinquenta e uma tabelas e quadros constantes do corpo do trabalho ou em seu apêndice, referindo-se a assuntos básicos para a compreensão da situação atual do país: *a nível econômico* — desempenho salarial das diferentes faixas da população, distribuição de renda, índices de produtividade, distribuição orçamentária, investimentos e ganhos do capital por setor da economia (capital estrangeiro, nacional e estatal), taxas de inflação, montante da dívida externa; *a nível político*, resultados eleitorais e representação político-partidária, expurgos nas mais diversas instâncias do aparelho do Estado e da sociedade civil e uma minuciosa enumeração dos movimentos grevistas de 1978 a 1980, anualmente distribuídos; *a nível social*, a deficiência alimentar da população brasileira e índices de escolaridade. É significativo notar e refletir sobre o fato de que uma quantidade enorme de informações foram extraídas de periódicos estrangeiros, alguns sendo veículos de instituições especializadas em estudos brasileiros, aí incluídos bancos e agências de governos, demonstrando o alto grau em que se acha documentada a nossa realidade no exterior, o que, sabemos todos, não tem nada de gratuito. Complementando, a autora ainda produziu fontes novas, entrevistando personalidades relevantes da sociedade civil (Igreja, sindicatos, partidos políticos, OAB, ABI) e do aparelho do Estado, militares inclusive.

Dessa maneira, a obra, além da documentação já analisada, reúne instrumentais passíveis de serem utilizados didaticamente ou em outras pesquisas sobre o período. A única lacuna a se lamentar é a ausência de uma relação documental completa ao final do livro, ainda que se ache discriminada em rodapé, ao longo do trabalho, pois a omissão dificulta uma apreciação global de todo o material coletado.

Na conclusão, Maria Helena Moreira Alves agrupa as conclusões parciais realizadas ao final de cada capítulo e empreende uma reflexão não apenas sobre a natureza, o sentido e o processo de institucionalização do Estado de Segurança Nacional e sobre o desempenho da oposição, mas aponta as perspectivas que se abrem na dialética entre um polo e outro.

O quadro final é uma fotografia nítida da conjuntura presente de nosso país. Se, de um lado, pode-se perceber que o Estado de Segurança Nacional foi incapaz de se legitimar perante a sociedade civil, de “criar mecanismos estáveis e eficientes para a transferência do poder” e de “superar dissensões e contradições no quadro de sua própria base de sustentação — os militares”, no entanto, “conseguiu notável grau de controle sobre a sociedade civil”, mercê da penetração da ideologia da segurança nacional entre os militares e a influência destes sobre o aparato de Estado, o que faz prever seu prolongamento:

“Sem a transformação do poder central o Estado de Segurança Nacional se poderia basear em suficientes mecanismos institucionalizados para garantir sua sobrevivência por mais alguns anos. O difícil desmantelamento de toda uma estrutura administrativa, econômica, social e política, montada ao longo de todo o período desde 1964, necessariamente teria de passar pelo controle não somente do Congresso Nacional como também do Executivo por força da oposição.” (p. 310)

Até a conjuntura em que autora atualiza e encerra o seu trabalho, momento do povo nas ruas pelas eleições diretas, vislumbra ela três alternativas para o Estado em seu relacionamento com a oposição: retomar a repressão física e a coerção política, o que se mostrava inexequível pelas pesadas implicações decorrentes; renomar as bases de sustentação mediante desenvolvimento do clientelismo e da organização de bases pelo Estado, empreendimento dificultado pela situação de crise econômica; e, terceira, conjugar a repressão seletiva contra a oposição intolerável (massas trabalhadoras) à negociação com a oposição tolerável (setores de elite).

A conjuntura já mudou. Nosso próximo presidente da República foi escolhido pelo Colégio Eleitoral. As eleições diretas abortaram. Mais do que nunca, a fotografia de perspectiva continua fiel e sem retoques:

“Fundamentalmente, o processo de liberalização dos controles sociais e políticos que foram negociados durante o período de distensão do Presidente Geisel e de abertura do Presidente Figueiredo chegou em 1984 a um impasse. Está cada vez mais claro que não existe no Brasil um processo de “transição para a democracia” mas sim uma tentativa de institucionalização de estruturas de Estado visando ampliar o apoio político e ao mesmo tempo manter o controle básico de classe.” (p. 327)

Fica a reflexão e a advertência quanto aos desdobramentos do processo histórico brasileiro:

“Enquanto as oposições se mantiverem presas ao círculo da relação dialética do Estado e da Oposição, negociando medidas liberalizantes mas não promovendo rupturas nas estruturas fundamentais de poder, não haverá maiores transformações no contexto político brasileiro (...) Não bastam as eleições diretas. Para reorganizar a sociedade no sentido de uma real transição democrática é necessário romper com as estruturas do Estado e terminar com os ciclos característicos do período formado sob a luz da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.”  
(p. 328)